

Assim, podemos dizer que o movimento de kassegui, que já movimentou cerca de 300 mil pessoas, é um movimento migratório da atualidade, que necessita ser analisado, considerando as transformações que ocorrem no espaço.

**LOJKINE, Jean.** *O Estado capitalista e a questão urbana.* São Paulo: Martins Fontes, 1981.

Marcelino Andrade Gonçalves<sup>9</sup>

A forma como se organiza a sociedade capitalista para produção, as contradições existentes e geradas neste processo, que vão além do puramente econômico contendo intrinsecamente os conflitos políticos e ideológicos de uma sociedade dividida em classes e que expressa suas contradições na maneira como estão territorializadas conflituosamente no espaço urbano as diferentes classes sociais. Não obedecendo esta territorialidade unicamente os fatores e condicionantes econômicos, mas contendo determinantes políticos que se estabelecem no confronto existente entre os interesses divergentes das classes e suas respectivas inserções na divisão social do trabalho sob a égide do capital.

Todo este movimento contraditório acaba por se explicitar na organização do Estado enquanto representação do poder político institucional, possibilitando a classe que controla política e economicamente os aparelhos de Estado a aplicação e o aviamento de políticas que acabam por atingir a sociedade como um todo, é na aplicação destas políticas no meio urbano hegemônicas pelo capital monopolista, tomando como exemplo a França, o autor procura destacar a importância da análise do urbano como componente chave para o desenvolvimento do Estado.

A vinculação teórica do autor com a teoria de Marx está presente em toda a obra, pois utilizando-se de conceitos marxistas, procura através de uma análise materialista compreender e explicar teoricamente o funcionamento do Estado na sociedade capitalista e discutir a formação das classes sociais e o urbano, enfocando o quanto as contradições e conflitos desta sociedade estão presentes e compõem a formação dos espaços urbanos.

Ainda no primeiro capítulo o autor põem-se a discutir e apresentar as análises funcionalista e estruturalista do Estado, citando Lucien Sfez como autor que teve o mérito de mostrar o parentesco entre as razões que baseiam o funcionalismo e o estruturalismo, utilizando-se de outros autores como M. Castells, L. Althusser e N. Poulantzas para por a prova a validade das idéias de Sfez.

No capítulo II a discussão está centrada na definição do conceito de urbano e de Estado, procurando fundamentar com base nas relações sociais e de produção específica da sociedade capitalista, como são gestadas as políticas urbanas e quais

são os vínculos existentes entre a organização para a produção, socialização contraditória da produção e a constituição do poder político estatal, que acaba por definir uma série de ações e intervenções políticas que por vezes procuram otimizar a reprodução ampliada do capital, reforçando as contradições existentes na divisão social do trabalho, sendo a cidade o lugar de maior expressão deste fenômeno. Assim, o autor formula a hipótese de que as formas de urbanização são também formas de divisão social e territorial do trabalho, colocando-se no centro da contradição entre as exigências do progresso técnico e as leis de acumulação do capital.

A relação entre urbanização e acumulação capitalista, que gera e desenvolve a aglomeração urbana é para Lojkine antes de tudo uma forma de diminuir o tempo de produção e de circulação do capital, sendo este um aspecto importante a ser considerado, no entanto, não se deve considerar o desenvolvimento urbano como assegurado pelo movimento de ampliação do capital sem levar em conta os seus limites. Contudo, o autor alerta para o poder das intervenções do Estado capitalista, sobretudo nos países de capitalismo desenvolvido, para impedir os processos caóticos que impedem o desenvolvimento urbano.

No capítulo III e IV discute-se política e segregação urbana. O autor concorda com as críticas de M. Castells as análises funcionalistas da política urbana, contudo sem concordar com a idéia de Castells sobre a intervenção dos aparelhos de Estado na organização do espaço, que se apresenta de forma bastante reducionista, segundo Lojkine como definição de uma planificação urbana. Para Lojkine a política urbana é produto das contradições urbanas, compondo-se de três dimensões: a) a planificadora b) operacional c) urbanística, não podendo ser reduzida a planificação urbana.

Os exemplos citados por Lojkine, para exemplificar as idéias e os debates, são relativos as transformações que ocorreram nos centros urbanos franceses, centrando-se na região parisiense, procurando destacar as práticas políticas e os efeitos destas sobre a reestruturação social do espaço urbano, ressaltando que a política urbana capitalista mesmo não sendo planificadora se mostra uma lógica de segregação social e espacial que pode ser estabelecida em três níveis de segregação, que são: a) no nível da habitação b) no nível dos equipamentos coletivos c) no nível do transporte domicílio trabalho.

Apesar de centralizar a análise nas contradições existentes na sociedade capitalista, que tem como base a reprodução do capital que se dá através da exploração do trabalho, o autor diz que não se deve reduzir política à oposição entre capital e trabalho, pois esta atitude levaria a ignorar as diversidades existentes internamente as classes que se encontram diretamente ligada ao capital, sejam as monopolistas ou os de pequeno e médio capital.

No V e VI capítulos a discussão se verticaliza nos aspectos políticos que compõem a luta de classes e as variações de planos e de políticas decorrentes deste conflito, abordando a política fundiária, a reestruturação urbana comprometida com

<sup>9</sup> Mestrando em Geografia pelo Curso de Pós - Graduação em Geografia da FCT/UNESP Presidente Prudente.

o capital e os limites deste movimento de produção do espaço urbanos, procurando neste contexto demonstrar o Estado enquanto produto deste processo.

O autor procura discutir também a contra-hegemonia das classes dominadas e que tem como maior exemplo deste movimento de contestação os movimentos sociais, alertando para as dificuldades de definição do movimento social e da utilização desta para a conceitualização destes movimentos no meio urbano, acreditando nestas atitudes políticas, que estão fora do ambiente institucional como uma forma eficiente de contestação e de possibilidade de instalação de uma nova lógica de urbanismo que se revele anti-segregativo

A obra aqui apresentada se mostra de grande valia àquelles que buscam se colocar diante do debate a respeito do papel do Estado capitalista na produção do espaço urbano, aplicando e aprofundando questões de ordem teórica e de método a respeito da compreensão e de seus determinantes sociais e as formas de atuação de seus aparelhos, revelando o quanto comprometido política e ideologicamente estes aparelhos se revelam, demonstrando o Estado como mais do que um instrumento a serviço da classe dominante, procurando revelar as contradições que este engendra por ser composto, mesmo que de forma diferenciada, por elementos pertencentes a classes sociais que além da divisão dominantes - dominados, são compostas de forma intrínseca por elementos contraditórios.